



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022

**SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E
FORNECIMENTOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO,
RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO
A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO
ANEXO II DESTE EDITAL.**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/07/2026, às 10:30 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)

MODO DE DISPUTA: ABERTO – AMPLA PARTICIPAÇÃO

**FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E
JULGAMENTO.**

**COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO:
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO – CPC/SMC
PORTARIA Nº 106/2025 – SMC.G, DE 1 DE AGOSTO DE 2025.**



ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento legal
- 2** Objeto
- 3** Condições de participação
- 4** Da participação de licitantes sob a forma de consórcio
- 5** Acesso às informações
- 6** Impugnação do edital
- 7** Do orçamento estimado
- 8** Apresentação da proposta de preços
- 9** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços
- 10** Etapa de lances e negociação
- 11** Modo de disputa
- 12** Julgamento
- 13** Habilitação
- 14** Fase recursal
- 15** Adjudicação e homologação
- 16** Preço e dotação
- 17** Condições do ajuste
- 18** Penalidades
- 19** Disposições gerais

II ANEXOS

ANEXO I: Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Execução do Objeto

ANEXO II: Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III: Modelo de Declarações

ANEXO IV: Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO V: Minuta de Contrato

ANEXO VI: Modelo de Declaração Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SMC, situada na Rua Líbero Badaró, 346 - Centro, São Paulo - SP, CEP: 01008-905, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de MENOR PREÇO TOTAL, objetivando a prestação dos serviços descritos na Cláusula Segunda – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925054**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado **o início da sessão às 10:30h, do dia 06/07/2026**

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a prestação de serviços técnicos e especializados em levantamento, recarga e teste hidrostático de todos os extintores e mangueiras, bem como a confecção e o fornecimento de placas de sinalização para atender as necessidades dos equipamentos Culturais da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

Item	Objeto	Unidade de Medida	Quantitativo	Cota Reservada ¹	Tratamento diferenciado ME/EPP ²
1	Conforme TR.	Conforme TR.	Conforme TR.	Não	Sim

2.2. Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

2.2.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.2, impedirá o prosseguimento no certame para o item.

2.2.3. As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.



3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

- a) atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b) possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

b.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas**.

b.2) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

c) ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;

d) **não** estar em processo de falência;

3.3 NÃO é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) OSCIPs atuando nessa condição;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

h) sociedades cooperativas.



3.3.1 Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público do(a) Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.3.1.1 As vedações previstas na cláusula 3.3.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1 *É vedada, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio pelos motivos a seguir:*

- *Baixa Complexidade do Objeto: A recarga e manutenção de extintores são serviços padronizados, normatizados (ABNT/INMETRO) e de baixa complexidade técnica, não exigindo a união de capacidades técnicas distintas, o que torna a associação de empresas desnecessária.*

- *Eficiência e Celeridade (Gestão do Contrato): A contratação de uma única empresa simplifica a fiscalização, o controle de qualidade e a prestação de contas, evitando a divisão de responsabilidades que ocorre no consórcio.*

- *Segurança na Execução (Responsabilidade Solidária): A formação de consórcios pode trazer complexidade jurídica, como em questões trabalhistas e previdenciárias. A empresa única oferece maior garantia de execução fiel do contrato e responsabilização*

5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

5.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

6.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

identificação do signatário mencionados no item 6.1.1.a.

6.2 Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

6.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

7.1.1. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço *total*, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;

c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;



8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

8.3 A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor Total e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.

8.4 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.5 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.6 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.7 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.8 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.

8.9 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

8.10 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexos II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.

8.11 A proposta deverá ter validade de mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

8.12. A licitante, independentemente de ter realizado ou não a Visita Técnica, deverá apresentar, juntamente com os documentos de Habilitação, Declaração de Pleno Conhecimento das Especificações do Objeto para execução dos serviços, conforme modelo constante do Anexo III, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato.

9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.



9.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b) que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

9.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

10.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.

10.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **(R\$ 300,00 trezentos reais)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:

10.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

preenchas as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.10. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.10.1 Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11 Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

11.2 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

11.3 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



11.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.5 Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

11.6 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12 JULGAMENTO

12.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço total, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

12.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

12.3 Nesta fase serão consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

12.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.5 Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.

12.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

13 HABILITAÇÃO

13.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2 A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.3.1 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.3.2 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.3.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;

e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País

f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;

d.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.

e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante

e.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).



g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.5.3 Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Comprovação de boa situação financeira, conforme segue:

b.1) Apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b.1.1) Caso constituída a pessoa jurídica há menos de 2 (dois) anos, a exigência limitar-se-á ao último exercício social;

b.1.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.2) Demonstração dos índices econômico-financeiros, de acordo com o Anexo V, deste edital:

b.2.1) Considerar-se-ão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados para cada um dos índices mencionados nesta cláusula b.2:

b.2.2) A licitante deverá apresentar, preferencialmente em papel timbrado, planilha com os cálculos utilizados para a obtenção dos índices, assinada por profissional habilitado na área contábil.

b.3) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% do valor da proposta final apresentada pelo licitante.

13.5.4 Qualificação técnica

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a anterior execução de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

a.1) Entende-se compatível(eis) o(s) atestado(s) ou certidão(ões) que comprove(m), isoladamente ou somados, a execução de, regular fornecimento, mangueiras de incêndio, esguicho, suporte de piso para extintor, suporte de parede para extintor, luminárias de emergência e placas de sinalização, compreendendo placas genéricas, de extintor CO₂, de extintor PQS, de hidrante, de saída de emergência, de rota de fuga, de alarme de incêndio, H₂O e de emergência, dentro do escopo e conforme descritos no objeto deste Termo de Referência

a.2) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

13.5.5 Outros Documentos de habilitação:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.3 Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4 A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.6.5 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.6.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.6.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

13.7 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA – CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

c) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

e) Cadastro integrado de condenações por ilícitos administrativos – CADICON, do Tribunal de Contas da União:
<https://certidoes.apps.tcu.gov.br/emitir-certidao-inidoneos>

13.7.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

13.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

13.8.1.1 Para o(s) item(ns) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro da cláusula 2.1, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14 FASE RECURSAL

14.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 PREÇO E DOTAÇÃO

16.1 O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo, se o caso, frete até o local de entrega



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3 O reajustamento do preço observará o previsto no contrato.

16.4 Os recursos necessários para a contratação, onerarão a dotação do orçamento vigente descritas abaixo:

Nota de Reserva nº	Dotação Orçamentária	Unidade
43.550/2026	25.10.13.392.4032.2.025.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/BMA
43.531/2026	25.10.13.122.4001.2.100.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/GAB
43.543/2026	25.10.13.392.4032.6.355.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/CSMB
43.545/2026	25.10.13.392.4032.2.434.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/CCSP
43.552/2026	25.10.13.391.4032.6.417.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/DMU
43.585/2026	25.10.13.391.4032.6.416.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/AHM
43.587/2026	25.10.13.392.4032.4.403.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/CC
43.588/2026	25.10.13.392.4032.6.371.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/EMIA
43.546/2026	25.10.13.392.4032.2.435.33903900.00.1.500.9001.0	SMC/CCULT

17 CONDIÇÕES DO AJUSTE

17.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (*indicar o prazo*), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

17.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2 Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.

17.2.1 Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

17.3 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.4 É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

17.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> **UASG nº 925054** (Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa da Cidade de São Paulo) e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

17.4.3 Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.4.4 Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.4.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5 Cabe à licitante verificar, no Termo de Referência (Anexo I) e na minuta de contrato (Anexo V) a existência de obrigação de empregar pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional ou mulheres vítimas de violência doméstica, ou ainda de prestar garantia de execução do contrato.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

18.3 Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.2 à licitante que:

18.3.1 deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

18.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

em especial quando:

18.3.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.3.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.3.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.3.2.4 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.3.3 ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

18.3.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.3.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.3.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.3.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.3.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.3.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.4. Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Autoridade Competente definida em contrato, e protocolizado nos dias úteis, das 10 às 17 horas, no endereço constante em contrato, em São Paulo, SP e deverão ser enviados pelo correio eletrônico smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

18.6.1 Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

18.7.1 A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

18.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.



19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8.2 Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail corporativo: smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão o contrato, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.15 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.16 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.17 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.18 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&&status=recebendo_proposta&pagina=1

19.19 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

19.20 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 19 de junho de 2026.

Pregoeira – Marcelle Guimarães



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DESTA EDITAL.

1. OBJETO

Esse termo de referência trata da contratação de empresa prestadora de serviços técnicos e especializados em levantamento, recarga e teste hidrostático de todos os extintores e mangueiras, bem como a confecção e o fornecimento de placas de sinalização para atender as necessidades dos equipamentos culturais da secretaria municipal de cultura e economia criativa de São Paulo.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação contempla, de forma integrada, os serviços de manutenção, recarga e testes de extintores de incêndio, bem como o fornecimento e instalação de sinalização de emergência, incluindo placas indicativas, rotas de fuga e demais elementos complementares.

A adoção de solução única não configura a junção indevida de objetos distintos, uma vez que tais elementos integram o mesmo sistema de segurança contra incêndio, sendo tecnicamente complementares e indissociáveis para o pleno atendimento às normas vigentes.

Os extintores de incêndio, enquanto equipamentos destinados ao combate inicial a princípios de incêndio, dependem diretamente de adequada sinalização para sua rápida localização e correta utilização, especialmente em situações de emergência. Nesse contexto, a sinalização passa a desempenhar papel ainda mais relevante à luz da ABNT NBR 16820:2020 – Sistema de sinalização de emergência – Projeto, requisitos e métodos de ensaio, que substituiu integralmente a ABNT NBR 13434 (partes 1, 2 e 3), cancelada ao final de 2020.

A nova norma introduz diretrizes mais rigorosas e detalhadas, destacando-se, entre outras exigências:

- A obrigatoriedade de identificação do agente extintor por meio de sinalização em nível intermediário (entre 1,20 m e 1,60 m do piso ou imediatamente acima do equipamento), complementar à sinalização superior de localização;
- A implementação de sinalização de rotas de fuga ao nível do solo, por meio de faixas fotoluminescentes contínuas, especialmente em edificações com maior população;
- A obrigatoriedade de planos de fuga como complemento à sinalização básica, contendo informações claras sobre rotas de evacuação, localização de equipamentos e orientação aos usuários.



Tais exigências reforçam a necessidade de integração entre os elementos do sistema, uma vez que a eficiência da resposta em situações de emergência depende da atuação conjunta e coordenada dos equipamentos de combate a incêndio e da sinalização.

Adicionalmente, destaca-se que as placas de sinalização fotoluminescente estão sujeitas à degradação natural de suas propriedades ao longo do tempo, especialmente no que se refere à perda de luminância, fator essencial para sua visibilidade em condições adversas, como ausência de iluminação e presença de fumaça.

Nos termos da ABNT NBR 16820:2020, a sinalização de emergência deve atender a requisitos mínimos de desempenho e visibilidade, não sendo admissível a manutenção de elementos que não garantam sua efetividade. Assim, ainda que não haja prazo de validade fixo, a perda da capacidade fotoluminescente implica comprometimento direto da funcionalidade da sinalização, tornando necessária sua substituição para atendimento às exigências normativas e às condições adequadas de segurança.

Dessa forma, evidencia-se a natureza contínua da demanda, bem como a pertinência da inclusão dos serviços de sinalização no mesmo escopo contratual dos extintores, considerando a interdependência técnica entre os itens.

A contratação integrada encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao adequado planejamento das contratações públicas e à definição da solução mais vantajosa para a Administração, permitindo a adoção de solução conjunta quando houver vinculação técnica entre os objetos, com ganhos de eficiência e economicidade.

Ademais, a medida atende às exigências das normas técnicas da ABNT e às diretrizes do Corpo de Bombeiros, que tratam os sistemas de combate a incêndio e a sinalização de emergência como componentes obrigatórios e complementares para fins de regularização das edificações e obtenção ou manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Sob o ponto de vista operacional e econômico, a contratação conjunta proporciona:

- padronização dos serviços e materiais empregados;
- maior compatibilidade entre os elementos do sistema de segurança;
- redução de custos administrativos e contratuais;
- melhor controle e fiscalização da execução contratual;
- maior eficiência na manutenção das condições de segurança das edificações;
- maior aderência às exigências atualizadas da ABNT NBR 16820:2020.

Dessa forma, resta evidenciado que a solução adotada não apenas é juridicamente possível, como também tecnicamente recomendada, afastando qualquer caracterização de restrição indevida à competitividade ou de conflito de objeto.

Os serviços de levantamento, manutenção e sinalização são essenciais para manter os equipamentos em perfeito estado de utilização, aptos a serem usados no combate de emergências e urgências que podem atingir as estruturas físicas e o corpo civil composto pelos servidores, munícipes, gestores e colaboradores dos equipamentos de SMC.

A segurança contra incêndio e pânico é um compromisso contínuo da administração pública. Uma vez que, a ausência de manutenção periódica ou o uso de equipamentos vencidos anula a eficácia do sistema de combate a emergências, destacando:

- **Extintores:** A carga de pó químico ou CO2 possui validade. Sem a recarga e o teste hidrostático (que verifica a integridade física do cilindro sob pressão), o equipamento pode falhar.



- **Mangueiras de Incêndio:** Devem ser submetidas a testes de estanqueidade para garantir que suportarão a pressão da bomba de incêndio sem rupturas ou vazamentos.
- **Sinalização de Emergência:** Placas fotoluminescentes são vitais para orientar a evacuação rápida e segura em ambientes com fumaça ou falta de energia elétrica.

Assim, a contratação se faz necessária para aprimorar as condições de planejamento frente a questões de urgência e emergência.

3. EQUIPAMENTOS E LOCAIS DE SERVIÇOS

3.1 Os locais de serviço estão detalhados no Anexo I. Contendo: equipamento, detalhe quantitativo, endereço e fiscalização incluindo ainda observações.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A CONTRATADA deverá fornecer o Laudo Técnico; Atestado de Manutenção e Funcionalidade do Sistema de Combate ao Incêndio, em 3 (três) vias, de cada equipamento cultural e para cada endereço estipulado neste termo de referência.

4.1.1 Os documentos deverão ser apresentados acompanhados de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução

satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.4.2. Justifica-se a necessidade da apresentação do documento em 3 (três) vias pelos seguintes motivos:

4.2.1 Uma via destina-se à instrução do processo administrativo da contratação, assegurando a formalização documental e a rastreabilidade dos praticados.

4.2.2 A segunda via é necessária para acompanhamento e controle da fiscalização técnica do contrato servindo como referência para verificação das condições iniciais dos sistemas e para futuras medições e manutenção e deverá ser entregue ao setor de supervisão de engenharia.

4.2.3 A terceira via deverá ser entregue ao responsável pela coordenação ou direção do equipamento cultural vistoriado, compreendidos todos os endereços e espaços físicos pertencentes a mesma unidade atendida, possibilitando consulta imediata por servidores, responsáveis técnicos e órgãos de controle, inclusive em eventuais vistorias ou fiscalizações de ordem interna ou externas.

4.3 Dessa forma, a apresentação do documento em três vias garante a adequada gestão documental, o controle técnico-operacional e transparência administrativa, sendo indispensável para o correto acompanhamento e execução contratual, conforme descrito no Anexo I - "Lista de Endereços e Quantidades de Equipamentos".

4.3.1 Tais Laudos e Atestados deverão ser entregues acompanhados de cópia autenticada da respectiva ART, cópia simples do Registro no CREA do Engenheiro responsável pelos serviços e demais documentos necessários, atestando que os equipamentos se encontram em perfeito estado de conservação e em perfeitas condições de operação.

4.3.2 A Contratante poderá solicitar as informações necessárias para fim de acompanhamento e fiscalização, contudo, o desenvolvimento, a organização, a atualização e a manutenção do referido cadastro informativo serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá garantir a fidedignidade, a integridade e a disponibilidade dos dados.

4.3.3 O Cadastro deverá conter no mínimo, as informações exigidas pela CONTRATANTE,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

possibilitando o adequado controle patrimonial, o planejamento das manutenções e o acompanhamento de execução contratual pelos fiscais da contratante.

4.3.4 Caberá à CONTRATADA manter o registro de todos os equipamentos de combate a incêndio em seus respectivos pontos de instalação e as devidas sinalizações, existentes nas unidades da CONTRATANTE, de modo a permitir a manutenção e a verificação de todos os objetos e acessórios deste termo de referência em tempo real.

4.3.5 Para tanto, a contratada deverá disponibilizar sistema ou plataforma de acompanhamento em tempo real, com as seguintes informações:

Extintor: Tipo, capacidade, número da carcaça, fabricante, data de fabricação, local de instalação, data de inspeção, data de recarga, data do teste hidrostático, sinalização, os serviços de manutenção e as peças/componentes nele aplicado ou trocados.

Hidrante: Local, diâmetro nominal, pressão estática e/ou vazão, tipo de esguicho, diâmetro do requinte, número de lances de mangueira, diâmetro e comprimento dos lances, data do teste hidrostático das mangueiras, existência de acessórios: tampão com corrente, chave de engate e suas trocas.

Ponto de Instalação: Local, tipo de fixação (suporte de parede ou de piso), tipo de extintor a ele associado.

4.3.6 Todas as ocorrências, retiradas, serviços de manutenção, serviços de ajustes de grande, médio ou pequeno porte deverão ser registrados junto à plataforma ou sistema disponibilizado pela contratada.

4.3.7 A plataforma ou sistema também deverá prever a possibilidade de acionamento rápido para os casos de falhas, urgências e emergências dos equipamentos.

4.4 DA MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL E VISTORIA E TESTES HIDROSTÁTICOS DE MANGUEIRAS

4.4.1 A CONTRATADA deverá manter os extintores de incêndio em suas condições originais de operação, realizando as manutenções e serviços em obediência a todas as leis, decretos, portarias e demais dispositivos legais e técnicos pertinentes ao objeto desta contratação, especialmente as normas ABNT NBR 12962:2016, onde aplicáveis, a Norma Regulamentadora NR 23 da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho.

4.4.2 A contratada junto aos fiscais da contratante deverão montar e organizar cronograma de levantamento, revisão, manutenção e fiscalização, contemplando todos os equipamentos culturais aqui pretendidos. Conforme as normas NBR-12274, NBR-12962, NBR-13485 e demais Normas Brasileiras da ABNT, pertinentes às exigências adicionais deste documento, contemplando a execução de ensaios hidrostáticos, incluindo-se aqui os testes hidrostáticos das mangueiras dos hidrantes.

4.4.3 Os extintores e respectivos cilindros de gás expelente serão considerados, como equipamentos individuais, respeitando as datas de vencimentos de cada parte do instrumento. Devendo as trocas serem acompanhadas periodicamente, de acordo com as etapas de vencimento.

4.4.4 Caso deseje a contratada poderá realizar a troca completa dos extintores e cilindros de gás ao mesmo tempo, desde que observe a necessidade de estipular data futura de vencimento de ambos os equipamentos.

4.4.5 No caso de extintores com pressurização indireta, o volante de abertura da ampola deverá ser lacrado utilizando lacre de acordo com a ABNT NBR 12962. Os mordentes do alicate de lacração serão personalizados.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

4.4.6 Os extintores serão pintados na cor padrão, vermelha, certificando-se previamente que as superfícies estejam limpas, secas, isentas de resíduos de tinta e oxidação. Deverão satisfazer o grau de aderência até o destacamento y1x1 ou GR1 da NBR 11003. Não poderão apresentar, também, sinais de corrosão e bolhas (grau F.0 da NBR-5770), após serem submetidos aos ensaios da NBR-8094, durante 96 horas.

4.4.7 Para facilitar a inspeção, a CONTRATADA deverá marcar, com tinta cor cinza ou prateada, o número de série e a data da última vistoria, puncionadas no cilindro. Este registro deverá ser disponibilizado através da plataforma ou sistema da contratada ao contratante.

4.4.8 Serão pintadas também, na cor cinza ou prata, as válvulas, manômetros e terminais de mangotes, exceto se esses componentes forem novos, quando deverão ser mantidos em sua cor original. Este registro deverá ser disponibilizado através da plataforma ou sistema da contratada ao contratante.

4.4.9 Os extintores com carga à base de água deverão receber internamente tratamento superficial adequado, de maneira que não apresentem sinais de corrosão durante o período entre os testes hidrostáticos e que a camada protetora não altere, ao longo do tempo, o agente extintor.

4.4.10 Todos os extintores receberão o logotipo da CONTRATANTE, c o n f o r m e a a r t e especificada pela CONTRATANTE.



4.4.11 A empresa contratada deverá apresentar, arcar com os custos de aquisição, manuseio, transporte, carga e descarga e instalação de novo extintor completo, ou seja, com cilindro de gás, lacração, sinalização, placas de identificação individualizadas e todos os demais acessórios e funcionalidades sempre que houver a necessidade de troca, retirada, manutenção ou revisão. As quantidades a serem contratadas foram estimadas considerando:

- a soma dos objetos condenados;
- os equipamentos existentes que se encontram vencidos;
- as placas de sinalização em desacordo com as normas vigentes;



- as necessidades específicas de cada edifício.

As sinalizações deverão atender às principais normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), conforme segue:

- NBR 12693– Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio;
- NBR 16820 – Sinalização de emergência em geral (símbolos, dimensões, cores e instalação correta);
- NBR 14644 – Sinalização viária (aplicada em vias públicas)



O levantamento total está na planilha de quantitativos dentro do processo. São 119

equipamentos participantes, com suas especificidades.

4.4.11.1 É vedado a contratada a retirada de extintores, hidrantes, mangueiras ou placas de sinalização ou de identificação das peças sem a devida reposição por objetos de mesma qualidade ou superior ou ainda que fuja do escopo apresentado, no todo ou em parte.

4.4.12 A CONTRATADA deverá manter a rede de hidrantes em suas condições originais e globais de operação, realizando as manutenções e serviços em obediência a todas as leis, decretos, portarias e demais dispositivos legais e técnicos pertinentes ao objeto desta contratação, especialmente a norma ABNT NBR12779:2009, onde aplicáveis, a Norma Regulamentadora NR 23 da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho.

4.4.13 As manutenções de terceiro nível em extintores e o teste hidrostático de mangueiras de hidrantes serão executados exclusivamente nas oficinas da CONTRATADA. Não podendo os serviços de manutenção ou de revisão aprofundada serem realizados dentro das instalações dos equipamentos culturais, mesmos que estes possuam áreas técnicas.

4.4.14 Todos os equipamentos revisados, trocados integral ou parcialmente, manuseados, carregados e descarregados devem ser acompanhados e inspecionados pelos fiscais da contratante. Cabendo aos



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

funcionários da empresa contratada os parâmetros técnicos de vistoria, manuseio, retirada, instalação, reinstalação, carga, descarga, atualização, troca de acessórios, anotação de identificação, controle de localidades, cumprimento de cronogramas, alimentação do sistema ou plataforma da contratada.

4.4.15 Os fiscais deverão ser acionados nos casos de retirada para manutenção dos extintores, hidrantes e mangueiras. A contratada deverá apresentar relatório de troca ou substituição com as informações sobre o novo aparelho substituto e dos prazos de manutenção e retorno do aparelho removido.

4.4.15.1 O aparelho removido só poderá ser reinstalado com a verificação e autorização das condições plenas de uso pelos fiscais da contratante.

4.4.16 Os testes hidrostáticos das mangueiras dos hidrantes aconteceram de acordo com o cronograma

4.4.17 estipulado junto aos fiscais do contrato e será realizado conforme as Normas Brasileiras da ABNT, gravando-se na peça a data do teste, o responsável pelo teste e a qualidade das mangueiras e hidrantes.

4.4.18 Os testes hidrostáticos nos componentes dos extintores sujeitos as pressões permanentes ou momentâneas serão executadas durante a manutenção de terceiro nível. O cronograma será estabelecido junto as determinações e apontamentos dos fiscais do contrato.

4.4.19 As peças e componentes sem condição de uso serão substituídas por outras originais, conforme as Normas da ABNT vigentes, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.4.20 A CONTRATADA fornecerá Relatório de Ensaio Hidrostático detalhado para os extintores, mangueiras de extintores e as mangueiras de hidrantes, devidamente assinado pelo engenheiro responsável, apontando os locais e equipamentos culturais vistoriados, relatando as condições de cada instrumento, a necessidade de alterações, os riscos percebidos.

4.4.21 Os custos relativos à realização dos ensaios, à emissão dos relatórios, às medições, à mão de obra, aos materiais, aos equipamentos, aos deslocamentos e a quaisquer outros insumos necessários para a plena execução dos serviços serão integralmente suportados pela CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer ônus adicional pelo escopo dos serviços, obrigações de meio ou fim.

4.4.22 Cabe a contratada observar e cumprir todas as regras e normas de seguridade social junto aos seus funcionários; bem como a oferta de seguro de vida individual, plano de saúde, férias, licença, remunerações, salários, afastamentos, cobertura e assistência para os casos de acidentes de trabalho ou interjornada, licença maternidade, licença paternidade.

4.4.22.1 Caberá a contratada observar e cumprir as regras e normas quanto à necessidade de cursos de reciclagem, formação, atualização de seus funcionários. Em hipótese alguma será permitido que a empresa cobre e desconte de seus funcionários pelos procedimentos de atualização.

4.4.22.2 Em hipótese alguma será permitida a cobrança de funcionários pelos uniformes e crachás, ferramentas de trabalho, equipamentos de proteção individual, transporte entre os equipamentos culturais para o cumprimento de cronograma pré-estabelecido, atendimento de emergências ou urgências em equipamentos da contratante.

4.4.23 Os extintores e mangueiras reprovadas em testes hidrostáticos serão substituídos por outros, de características adequadas, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, de acordo com as Cláusulas Contratuais.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

4.4.24 O cronograma para a substituição dos equipamentos será definido pela Administração Pública, cabendo à CONTRATADA cumprir os prazos e condições estabelecidos, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

4.4.25 Os materiais, peças, acessórios e equipamentos, aplicados ou substituídos, atenderão à todas as Normas Brasileiras pertinentes, serão novos, sem uso, da melhor qualidade, para o fim a que se destinam e deverão ser previamente atestados e autorizados pelos fiscais da CONTRATANTE.

4.4.26 Em situações de urgência ou emergência, devidamente caracterizadas, a aplicação ou substituição dos materiais poderá ser realizada de imediato pela CONTRATADA, com posterior comunicação e regularização junto à CONTRATANTE, sem prejuízo da observância das normas técnicas e contratuais aplicáveis. Ou da posterior fiscalização e solicitações de ajustes e substituições.

4.4.27 A CONTRATADA deverá reinstalar todo Equipamento de Combate a Incêndio, reparado ou substituído, em até 15 dias corridos, contados desde a sua retirada nas unidades da CONTRATANTE ou informar justificativa plausível para extensão de prazo, que deverá ser formalmente apresentada e validada pelo agente de contratação.

4.4.28 O prazo de garantia dos serviços, bem como das peças substituídas, deverá ser de, no mínimo 12 (doze)

4.4.29 meses, contados da data do recebimento da nota fiscal.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

5.1 O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, observados os requisitos de oportunidade, conveniência, vantajosidade e disponibilidade orçamentária, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 Considerando a contratação dos serviços de recarga de extintores, substituição de mangueiras e placas de sinalização, a execução dos serviços deverá ocorrer em 02 (dois) lotes, distribuídos em períodos quadrimestrais, com o objetivo de garantir o controle operacional, a continuidade dos serviços e o acompanhamento pela fiscalização contratual.

Período	Lote	Serviços Previstos
1° ao 4° mês	Lote 01	Recarga de extintores, substituição de mangueiras e substituição/instalação de placas de sinalização dos equipamentos pertencentes ao primeiro grupo de unidades/equipamentos.
5° ao 8 mês	Lote 02	Recarga de extintores, substituição de mangueiras e substituição/instalação de placas de sinalização dos equipamentos pertencentes ao primeiro grupo de unidades/equipamentos.
9° ao 12 mês	Revisão geral das demandas	Atendimento de pendências, revisões, substituições complementares, correções identificadas pela fiscalização e demais demandas necessárias durante a vigência contratual.



A execução dos serviços será realizada de forma parcelada, mediante cronograma físico estabelecido pela fiscalização do contrato, dividido em 02 (dois) lotes operacionais ao longo da vigência contratual de 12 (doze) meses, observadas as prioridades, demandas e necessidades de cada equipamento e unidade atendida.

5.3 A presente contratação possui natureza predominantemente continuada, compreendendo serviços técnicos especializados de levantamento, inspeção, manutenção, recarga, testes hidrostáticos, emissão de relatórios, laudos, atualização cadastral, acompanhamento técnico e demais rotinas necessárias à manutenção das condições operacionais dos sistemas e equipamentos de combate a incêndio das unidades da CONTRATANTE.

5.4 Os quantitativos constantes das planilhas e anexos deste Termo de Referência possuem natureza meramente estimativa, representando previsão máxima de consumo e utilização durante a vigência contratual, não gerando obrigação de contratação, aquisição, substituição ou fornecimento integral por parte da Administração Pública.

5.5 O fornecimento de equipamentos, peças, acessórios, placas de sinalização, suportes, luminárias de emergência, mangueiras, extintores ou quaisquer outros materiais correlatos ocorrerão sob demanda, conforme necessidade efetivamente identificada durante as inspeções, levantamentos técnicos, manutenções, reprovações em testes hidrostáticos, vencimentos, condenações técnicas, adequações normativas ou demais situações devidamente justificadas pela fiscalização contratual.

5.6 A eventual prorrogação contratual não implicará na obrigação de aquisição integral dos itens constantes das planilhas quantitativas, devendo cada fornecimento observar a necessidade real da Administração, mediante autorização expressa da fiscalização e disponibilidade orçamentária.

5.7 Os serviços e fornecimentos deverão observar cronograma de execução previamente alinhado entre a CONTRATADA e os fiscais do contrato, podendo sofrer ajustes operacionais em razão das necessidades específicas de cada equipamento cultural, situações emergenciais, prioridades administrativas, funcionamento das unidades ou adequações técnicas identificadas durante a execução contratual.

5.8 O prazo para início da execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de início, conforme definido pela CONTRATANTE.

5.9 Durante este período inicial, a CONTRATADA deverá:

- a) apresentar cronograma preliminar de execução;
- b) realizar alinhamento operacional com os fiscais do contrato;
- c) promover vistorias iniciais e levantamentos complementares;
- d) apresentar eventuais apontamentos técnicos;
- e) estruturar os procedimentos de controle, identificação e acompanhamento dos equipamentos abrangidos pela contratação.

5.10 O contato com os fiscais deverá ser formalizado através do endereço eletrônico: thamiresteslla@prefeitura.sp.gov.br e alessandropereira@prefeitura.sp.gov.br, bem como pelo telefone corporativo (11) 3397-0071, informado pela CONTRATANTE.

5.11 A CONTRATADA deverá apresentar Declaração de Conformidade, certificações, registros ou demais documentos exigidos pelas normas técnicas aplicáveis, incluindo normas do INMETRO e ABNT, relativamente aos equipamentos, materiais e serviços executados no âmbito da contratação.

5.12 As substituições, trocas ou fornecimentos decorrentes de situações emergenciais, falhas operacionais ou riscos à segurança poderão ser executadas de forma imediata pela CONTRATADA, desde que posteriormente comunicadas, justificadas e submetidas à fiscalização da CONTRATANTE, sem prejuízo das verificações técnicas e administrativas cabíveis.



6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Obedecer aos critérios para o Programa de Avaliação da Conformidade para Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, com foco na segurança, através do mecanismo de Declaração da Conformidade do Fornecedor, visando propiciar condições de operação segura e desempenho adequado por parte dos extintores mantidos, conforme Anexo D, da Portaria INMETRO nº 206 de 16 de maio de 2011.

6.2 Verificar junto aos Órgãos Oficiais de Meio Ambiente e à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, as providências que forem necessárias para a eliminação de restos de materiais tóxicos ou radioativos, que eventualmente sejam utilizados ou removidos na execução dos serviços. Adotar os procedimentos conforme orientado pelos órgãos, responsabilizando-se por eventuais multas contraídas em razão do manuseio inadequado destes produtos, conforme ABNT NBR 12962 - Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio.

6.3 Fornecer os equipamentos e materiais necessários para execução dos serviços, bem como, seguro e transporte para remoção dos Equipamentos de Combate a Incêndio. Caberá exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, incluindo encargos relativos à taxas, multas, cobranças judiciais, seguro contra acidentes de trabalho, fornecimento de equipamentos de proteção individual, bem como a adoção de todas as medidas de segurança necessárias à proteção de seus empregados, de terceiros e do patrimônio da CONTRATANTE, não recaindo sobre esta qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

6.4 A CONTRATADA deverá indicar um Engenheiro Responsável para o acompanhamento e fiscalização dos serviços, e pela supervisão de todo o seu pessoal técnico. Sempre que necessário, a critério da CONTRATANTE, deverá participar e acompanhar os serviços prestados. Bem como deverá ter poderes para resolução de situações administrativas, prática de atos de apontamento, correção, apresentação e recolhimento de funcionários, abertura e encerramento de chamados, resolução de conflitos, participação em reuniões, acionamento dos fiscais, apresentação de condições dos equipamentos culturais que impeçam ou atrapalhem o pleno exercício das funções e execução dos serviços, irregularidades testemunhas dentre outros que se façam necessários a plena execução dos serviços.

6.5 Os técnicos da CONTRATADA deverão efetuar as inspeções, manutenções e preencher os relatórios técnicos, segundo a periodicidade e etapa da manutenção.

6.6 Os relatórios deverão conter, além das informações pormenorizadas sobre os serviços executados em cada endereço, o nome, o número da carteira do CREA do Engenheiro Responsável pela CONTRATADA e o número da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)

6.4.2.1 Para que os relatórios tenham validade deverão ser assinados pelo Engenheiro Responsável.

6. 4.3. Os relatórios técnicos deverão ser entregues aos fiscais do Contrato em até 10 (dez) dias corridos, após a realização dos serviços de levantamento, revisão, manutenção ou de sinalização.

6.5 Refazer ou substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços rejeitados pela fiscalização ou executados em discordância com as Normas da ABNT e às exigências deste documento.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

6.6 Exigir de seus empregados o uso de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletivo (EPC), devidamente certificados e aprovados pelo Ministério do Trabalho, observando as Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, conforme legislação vigente. É indispensável o uso pelos seus empregados do crachá de identificação funcional da CONTRATADA, nos prédios da CONTRATANTE.

6.7 Não ceder, transferir ou subcontratar o objeto contratado, salvo mediante anuência expressa da CONTRATANTE.

6.8 Arcar com os custos referentes ao Controle de Qualidade desta contratação.

6.9 Listar, separar por tipo de material, identificar o equipamento e origem de todas as peças, componentes ou acessórios, sem condição de uso e reprovados, entregando-os, mensalmente, no almoxarifado localizado na Rua Libero Badaró 346, Centro Histórico, São Paulo – SP.

6.10 Para todo e qualquer equipamento que tenha sido ensaiado e rejeitado e/ou substituído por não funcionamento ou mal funcionamento, deverá ser comunicado formalmente ao fiscal do contrato e os mesmos devem ser entregues em almoxarifados da CONTRATANTE, obedecendo a todos os padrões administrativos exigidos.

6.11 A contratada deverá apresentar pedido de desistência formal, nos casos de ruptura contratual, dentro do período de 90 (noventa) dias antes da paralisação ou suspensão das atividades contratadas. E deverá se obrigar pela sustentação do contrato dentro deste período.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA.

7.2 Fornecer as informações necessárias para a execução dos serviços, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.

7.3 Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso a suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4 Indicar formalmente o gestor e/ou fiscal para acompanhamento da execução contratual.

7.5 Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da CONTRATADA. Resguardo todos os aspectos da ampla defesa e do contraditório.

7.6 Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

7.7 Compete à Supervisão de Engenharia e Arquitetura (SEA), na qualidade de Agente da Contratação, acompanhar os trabalhos desde o seu início até à aceitação definitiva, verificando a perfeita execução dos serviços e o atendimento às especificações estabelecidas, bem como solucionar problemas de natureza executiva, testar os trabalhos realizados e manifestar-se quanto ao andamento da execução contratual.

8. OBSERVAÇÕES GERAIS



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

8.1 A CONTRATADA deverá observar leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato. Isso também se aplica para as possíveis subcontratadas.

8.2 É dever da CONTRATADA responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato. Sempre que solicitada, a troca de funcionários deverá ser realizada mantendo os critérios de apresentação e de qualificação técnica.

8.3 Caberá exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho relacionados à execução dos serviços contratados, bem como responder por todos os danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços. Compete, ainda, exclusivamente à CONTRATADA, o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas relativas à seguridade social, tais como recolhimento de contribuições previdenciárias, FGTS, seguros obrigatórios e demais encargos legais incidentes, não recaindo sobre a CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

8.4 Deverá a CONTRATADA assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, CREA, Código Civil e demais normas vigentes correlacionadas ao assunto;

8.5 A CONTRATADA deverá responder por quaisquer extravios e danos causados por seus empregados às instalações, imóveis e equipamentos do CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas indenizações respectivas;

8.6 Caberão exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais, inclusive ferramental e instrumentos de sua propriedade utilizada no desempenho das tarefas de manutenção contratada, ficando os mesmos disponíveis a qualquer hora;

8.7 A CONTRATADA não poderá utilizar as dependências da Unidade para guarda de materiais alheios ao presente contrato bem como não poderá se valer das dependências e seus recursos para a realização de trabalhos ou serviços.

8.8 Os serviços somente serão considerados concluídos quando verificados que a execução foi feita obedecendo estritamente às disposições previstas neste documento e demais documentos que o integrarem. Dessa forma estará pronto para os termos de verificação e recebimento parcial e/ou total, provisório ou definitivo, que for disposto legalmente.

8.9 Eventual dúvida quanto à interpretação do presente Memorial Descritivo e demais elementos, favor consultar a Supervisão de Engenharia e Arquitetura (SEA/SMC). Através do e-mail: thamiresteslla@prefeitura.sp.gov.br e alessandropereira@prefeitura.sp.gov.br.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome e sob cadastro de pessoa jurídica da licitante, de forma única e exclusiva, salvo as permissões legais, sendo de sua matriz ou de sua filial sob a qual deseja participar, devidamente expedido(s) e assinado(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove o regular fornecimento, mangueiras de incêndio, esguicho, suporte de piso para extintor, suporte de parede para extintor, luminárias de emergência e placas de sinalização, compreendendo placas genéricas, de extintor CO₂, de extintor PQS, de hidrante, de saída de emergência, de rota de fuga, de alarme de incêndio, H₂O e de emergência, dentro do escopo e conforme descritos no objeto deste Termo de Referência.



9.2 Para a realização dos serviços pleiteados a empresa CONTRATADA deverá apresentar relatórios técnicos, devidamente elaborados e assinados por engenheiro legalmente habilitado e por profissional especialista em segurança do trabalho, referente à entrega, verificação e conformidade dos objetos mencionados acima, comprovando o atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

Fazem parte deste Termo de Referências como arquivo digital os anexos listados abaixo e que é de obrigatório conhecimento das empresas interessadas.

10. ANEXOS

10.1 Lista de Endereços onde se encontram os extintores, Quantidades de Equipamentos e Planilha de Preços com fórmula.

PARA O ACESSO DEVERÁ COPIAR E COLAR O LINK NO NAVEGADOR:

<https://drive.google.com/drive/folders/16oiKcV5W384CNmIPg-dXnb4kTf5vclZc?usp=sharing>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DESTE EDITAL.

A..... (empresa) inscrita no CNPJ sob nº estabelecida
na....., nº....., telefone
nºs....., e-mail....., propõe executar o objeto
licitado, considerando todas as regras e condições previstas no edital de licitação e respectivos anexos,
em especial na minuta contratual e no termo de referência, encartados no procedimento suprarreferido,
pelo seguinte preço total
:.....

**PLANILHA DE PREÇOS COM FÓRMULA.
PARA O ACESSO DEVERÁ COPIAR E COLAR O LINK NO NAVEGADOR:**

<https://drive.google.com/drive/folders/16oiKcV5W384CNmIPg-dXnb4kTf5vclZc?usp=sharing>

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

03. Declara, por fim, que a proposta ora apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DA VALIDADE DA PROPOSTA :.....(.....) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

CPF:
Cargo:

ANEXO III MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DESTE EDITAL.

A _____ (empresa) inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 5) estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

(local do estabelecimento) , de _____ de 20..

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ANEXO IV

**CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
(BALANÇO PATRIMONIAL)
(especificar os coeficientes para cada um dos índices).**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DESTE EDITAL.

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG):	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,0
Índice de Liquidez Corrente (LC):	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	≥ 1,0
Índice de Solvência Geral (ISG):	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,0



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

**ANEXO V
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO,
RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO
A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES
CONSTANTES DO ANEXO II DESTA EDITAL.**

TERMO DE CONTRATO Nº [●]/

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através de (órgão)

CONTRATADA: [●]

CNPJ Nº [●]

OBJETO: [●]

VALOR UNITÁRIO: R\$ [●] ([●]).

VALOR TOTAL: R\$ [●] ([●]).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: [●]

NOTA(S) DE EMPENHO: [●]

Termo de Contrato que entre si celebram o
Município de São Paulo, por meio de (*indicar a Pasta ou unidade contratante*), e a
empresa.....

O Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, com sede na Rua Líbero Badaró, 346/350, na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 49.269.244/0001-63, neste ato representado(a) pelo seu Chefe de Gabinete, Senhor



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ROGÉRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (nome contratada), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº (número), sediado(a) na (endereço), doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa e procuração apresentada nos autos (se for o caso), tendo em vista o que consta no Processo nº 6025.2025/0022456-2 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90004/2026/SMC-G, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos e especializados em levantamento, recarga e teste hidrostático de todos os extintores e mangueiras, bem como a confecção e o fornecimento de placas de sinalização para atender as necessidades dos equipamentos culturais da secretaria municipal de cultura e economia criativa de São Paulo, conforme especificações do Termo de Referência e nas condições estabelecidas neste contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, desde que:

(i) haja concordância das partes;

(ii) a CONTRATADA haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações;

(iii) pesquisa de preço revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

2.1.1 Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

2.1.2 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. Não obstante o prazo estipulado na cláusula 2.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

2.3. O contrato **não poderá ser prorrogado** quando a CONTRATADA:

(i) estiver em situação irregular no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ou (ii) tiver sido apenada nas sanções de declaração de inidoneidade para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ou de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, observadas as abrangências de aplicação e o disposto no art. 113 do Decreto 62.100/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. As condições de execução e recebimento do objeto, incluindo a periodicidade da aferição, quantitativos, e os dias e locais de entrega e/ou prestação do serviço, constam no Termo de Referência e seus Anexos Digitais (Anexo II do Edital de Licitação), que integra este contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.

3.3. Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definitivo no Termo de Referência, o qual será apresentado pela CONTRATADA à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se a parcela do objeto foi executada a contento.

3.4. O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

3.5. Em caso da identificação de produtos ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade, no prazo de (indicar o prazo), bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.

3.6. Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

3.7. O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão, salvo mediante anuência expressa da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor ... (mensal, ou outra unidade de medida, a depender do objeto e da proposta do contratado) estimado da presente contratação é de R\$, totalizando o valor contratual de R\$ (calcular e inserir valor), para todo o período de vigência do contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: (indicar a dotação orçamentária correspondente)



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, pela CONTRATADA, da nota fiscal ou nota fiscal/fatura e da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações **e será realizado por demanda.**

6.2. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

6.4. Havendo atraso nos pagamentos por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

6.4.1 A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

6.6. Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

6.7. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTE

7.1. O preço contratado é fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (inserir data do orçamento estimado, em DD/MM/AAAA).

7.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, o preço inicial será reajustado, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389/2017.

7.1.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.1.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.1.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas, no ITEM 7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE do Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;

8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;

8.1.8. aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

8.1.9. exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;

8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;

8.1.11. receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações e responsabilidades previstas na legislação em vigor (federal, estadual e municipal) incidentes direta ou indiretamente ao objeto, bem como as constantes no ITEM 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência Anexo I, são obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo CONTRATANTE e conforme as disposições do Edital de Licitação (se o contrato for precedido de licitação), do Termo de Referência e deste contrato;

9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste (ou 'para qualificação na contratação direta', se o contrato não foi precedido de licitação);

9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento, oferecendo, sempre que necessário e mediante justificativa da CONTRATANTE amostras para análise da conformidade, assumindo o ônus das análises;

9.1.4. empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

9.1.5. enviar à CONTRATANTE e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;

9.1.6. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do produto fornecido ou do serviço prestado;

9.1.7. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

9.1.8. executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;

9.1.9. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;

9.1.10. comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até (indicar o prazo), para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;

9.1.11. manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;

9.1.12. assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;

9.1.13. assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

9.1.14. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.15. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.16. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

9.1.17. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.1.18. Comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

10.1.1 Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

10.1.2 Quando requerido pela CONTRATANTE ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a CONTRATADA deverá colaborar com a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

10.2. O MUNICÍPIO, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A CONTRATADA, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do MUNICÍPIO e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD."

10.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.

b) manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à CONTRATANTE quando solicitado.

c) Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

d) Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

e) Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.

f) A CONTRATADA deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.

g) Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo MUNICÍPIO para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

h) A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

h.I - os dados se tornarem desnecessários;

h.II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a CONTRATADA deverá notificar formalmente a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1 Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a CONTRATADA deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;

II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;

III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;

IV – descrição das possíveis consequências do incidente;

V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;

VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;



VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da CONTRATADA, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à CONTRATANTE.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

10.4.3. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à CONTRATANTE para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.

10.5 A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

10.5.1. A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da CONTRATANTE, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:

I – confirmação da existência de tratamento;

II – acesso aos dados pessoais;

III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;

V – informação sobre compartilhamento de dados;

VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.

10.5.2. A CONTRATADA não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela CONTRATANTE, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à CONTRATANTE, em até 2 (dois) dias úteis.

10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por eventual descumprimento de instruções formais da CONTRATANTE que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.

10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.

10.6.1. A CONTRATADA responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à CONTRATANTE em decorrência exclusiva de ação ou omissão da CONTRATADA.

10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

10.7 A CONTRATADA somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da CONTRATANTE, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$ (indicar valor), correspondente ao importe de (indicar percentual) [até 5% (cinco inteiros por cento)] do valor do contrato para o período de 1 (um) ano, sob qualquer das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a CONTRATADA apresentá-la no prazo máximo de até 15 (quinze) dias da data da assinatura deste contrato, nos termos do art. 125, §1º, do Decreto nº 62.100/22.

11.1.1 O seguro-garantia ou fiança bancária deverão observar os requisitos e parâmetros previstos na Portaria SF nº 338/2021 e alterações.

11.2 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar ou renovar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre ao mesmo percentual previsto na cláusula 11.1.

11.3. O não cumprimento do disposto nas cláusulas 11.1 e 11.2 ensejará aplicação das penalidades previstas neste contrato.

11.4. A garantia poderá ser utilizada para satisfazer quaisquer débitos, perdas ou danos decorrentes da execução deste contrato, sofridos pelo CONTRATANTE ou por terceiros, inclusive os prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial deste contrato e as multas aplicadas à CONTRATADA.

11.5. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.

11.5.1 Na hipótese de existência de demandas trabalhistas ou de terceiros que possam implicar na responsabilidade patrimonial do CONTRATANTE, a garantia será retida, e poderá ser utilizada para garantia do juízo.

11.6. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades referidas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7 A garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de (.....) dias (considerar o prazo necessário entre o término da execução contratual e o tempo necessário para o Recebimento Definitivo), para além do prazo estimado para encerramento da execução do contrato pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

12.2. Multa 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado no início da prestação dos serviços, até o máximo de 15% (quinze por cento).

12.2.1. No caso de atraso injustificado por período superior a 15 (quinze) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a multa prevista na cláusula 12.2 aplicável a contratos de prestação de serviços)



12.3. Multa pela execução do objeto em desacordo com as especificações técnicas: até 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto executado incorretamente, a ser fixada nos termos da cláusula 12.11, sem prejuízo da obrigação de refazimento.

12.3.1. Na hipótese desta cláusula 12.3, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

12.4. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada.

12.5 Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.5.1. Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

12.6. Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD): até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.11.

12.8. Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto na cláusula 2.1.1 deste contrato, esta ficará sujeita à multa de até 2% do valor do contrato, observados os critérios previstos na cláusula 12.11.

12.9. Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste, não capitulada em cláusula específica: 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento, observados os critérios da cláusula 12.11.

12.9.1. Na hipótese desta cláusula 12.9, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

12.10. Nas hipóteses das cláusulas 12.4, 12.5 e 12.6, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:

a) da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.

12.13. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da CONTRATADA.

12.13.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

12.13.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

12.13.3. Se o valor das faturas devidas à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

12.13.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

(excluir as subcláusulas 12.3.3 e 12.13.4 caso não tenha sido exigida garantia contratual)

12.13.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.14. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.

12.15. A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ (observado o limite máximo de R\$ 150,00), em advertência, observados os critérios da cláusula 12.11.

12.16. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

12.17. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.

(Nota: os valores sugeridos para as multas poderão ser justificadamente alterados pela unidade competente, a depender das circunstâncias do caso concreto, observado o disposto no art. 156, § 3º, da Lei Federal 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 62.100/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA PUBLICAÇÃO

17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA FORO

18.1 As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.

18.2 Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

[Local] [•], [dia] [•] de [mês] [•] de [ano] [•].



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [●]

2- [●]

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90004/2026/SMC-G

PROCESSO: 6025.2025/0022456-2

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

TIPO: MENOR PREÇO TOTAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTO, RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICO DE TODOS OS EXTINTORES E MANGUEIRAS, BEM COMO A CONFEÇÃO E O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DESTE EDITAL.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

_____, [nome da empresa],
_____, [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), localizada
(endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº
_____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, [cargo]
_____, [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº
_____, inscrito no CPF sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades
do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra como :

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 4/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Local e data

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)

(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)